



CARGO 8: PSICÓLOGO – CLASSE A, PADRÃO I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Pressentimento é a criatividade tentando dizer algo.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014

PROVAS OBJETIVAS
E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A origem da polícia no Brasil

1 Polícia é um vocábulo de origem grega (*politeia*) que
passou para o latim (*politia*) com o mesmo sentido: governo de
4 uma cidade, administração, forma de governo. No entanto, com
o decorrer do tempo, assumiu um sentido particular, passando
a representar a ação do governo, que, no exercício de sua
7 missão de tutela da ordem jurídica, busca assegurar a
tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra
violações e malefícios.

No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500,
10 quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de
capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim
Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover
13 a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor
entendesse, em todas as terras que ele conquistasse. Registros
históricos mostram que, em 20 de novembro de 1530, a polícia
16 brasileira iniciou suas atividades, promovendo justiça e
organizando os serviços de ordem pública.

Internet: <www.ssp.sp.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,
julgue os seguintes itens.

- 1 Sem prejuízo da coerência textual, a palavra “tutela” (l.6) poderia ser substituída por **proteção**. **JUSTIFICATIVA – Tutelar e proteger são sinônimos.**
- 2 Não haveria prejuízo das informações veiculadas no texto, caso se substituísse “No entanto” (l.3) por **Portanto**. **JUSTIFICATIVA – A locução “No entanto” tem sentido adversativo e “portanto”, sentido conclusivo.**
- 3 O referente dos sujeitos das orações expressas pelas formas verbais “assumiu” (l.4) e “busca assegurar” (l.6) é o termo “Polícia” (l.1). **JUSTIFICATIVA – O sujeito da oração expressa pela forma verbal “busca assegurar” é o pronome “que”, cujo antecedente é “governo”.**
- 4 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Segundo registros históricos, a polícia brasileira iniciou suas atividades em 20 de novembro de 1530, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública. **JUSTIFICATIVA – A estrutura gramatical está correta, e o sentido do texto preservado.**
- 5 Conclui-se do texto que, atualmente, o termo polícia tem significado equivalente ao que apresentava em sua origem. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o texto, o termo polícia assumiu um sentido “particular”, portanto, mais restrito.**

1 A história constitucional brasileira está repleta de
referências difusas à segurança pública, mas, até a Constituição
Federal de 1988 (CF), esse tema não era tratado em capítulo
4 próprio nem previsto mais detalhadamente no texto
constitucional.

A constitucionalização traz importantes consequências
7 para a legitimação da atuação estatal na formulação e na
execução de políticas de segurança. As leis acerca de
segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar
10 em conformidade com a CF, assim como as respectivas
estruturas administrativas e as próprias ações concretas das
autoridades policiais. Devem ser especialmente observados os
13 princípios constitucionais fundamentais — a república, a
democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da
pessoa humana — bem como os direitos fundamentais — a
16 vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. O art. 144 deve ser
interpretado de acordo com o núcleo axiológico do sistema
constitucional em que se situam esses princípios fundamentais.

Cláudio Pereira de Souza Neto. *A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas*. Internet: <www.oab.org.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais desse texto, julgue os itens de 6 a 10.

- 6 Depreende-se do texto que uma das consequências da constitucionalização da segurança pública foi o amparo legal para a atuação do Estado em ações que visam à segurança. **JUSTIFICATIVA – É o que se depreende do seguinte trecho: “A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança”.**
- 7 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se suprimisse a vírgula antes da conjunção “mas” (l.2). **JUSTIFICATIVA – Nesse caso, a vírgula é obrigatória, pois separa oração coordenada adversativa.**
- 8 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o segundo período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: As leis que dispõem sobre segurança devem estar em conformidade com a CF tanto nos três planos federativos de governo quanto nas respectivas estruturas administrativas e nas próprias ações concretas das autoridades policiais. **JUSTIFICATIVA – A alteração da ordem dos elementos na estrutura gramatical prejudica o sentido original do texto e o emprego da forma verbal “dispõem”, no singular, prejudica a correção gramatical.**

- 9 Na linha 2, o emprego do acento indicativo de crase em “à segurança pública” justifica-se pela regência do termo “difusas” e pela presença do artigo definido **a** antes de “segurança pública”. **JUSTIFICATIVA – O acento justifica-se pela regência do termo “referência” e pela presença do artigo definido a antes de “segurança pública”.**
- 10 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o trecho “em que se situam esses princípios fundamentais” (l.18) poderia ser substituído por **aonde se situam esses princípios fundamentais**. **JUSTIFICATIVA – A substituição de em que por aonde prejudica a correção gramatical do texto.**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência a participar da sessão de encerramento do Fórum Nacional da Educação Básica, a se realizar em 18 de maio de 2014, às 20 horas, no auditório do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios, nesta capital.

Considerando o fragmento de comunicação oficial acima, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 Caso o fragmento apresentado seja parte de um ofício, nele devem ser incluídos o endereço do destinatário, o nome do órgão ou setor do remetente e respectivos endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico. **JUSTIFICATIVA – Segundo o MRPR, em seu item 3.3.2, o ofício segue o padrão ofício e deve conter, além do nome e do cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, o endereço. Além disso, deve constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício o nome do órgão ou setor, o endereço postal e o telefone e endereço de correio eletrônico do remetente.**
- 12 Caso o remetente dessa comunicação seja um ministro de Estado, o fecho adequado será **Atenciosamente**. **JUSTIFICATIVA – Em razão de os ministros — remetente e destinatário — serem autoridades de mesma hierarquia, o fecho adequado, nesse caso, é “Atenciosamente”.**

A respeito das correspondências oficiais, julgue os próximos itens.

- 13 Os termos técnicos, as siglas, as abreviações e os conceitos específicos empregados em correspondências oficiais prescindem de explicação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o referido manual, para fins de clareza, deve-se revisar o texto e “explicitar, desenvolver, esclarecer, precisar os termos técnicos, o significado das siglas e abreviações e os conceitos específicos que não possam ser dispensados” (item 1.4).**
- 14 Tanto o memorando quanto o telegrama caracterizam-se pela celeridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo o referido manual, o memorando tem como característica principal a agilidade e o telegrama deve ser usado em situações de urgência, logo ambos caracterizam-se pela celeridade.**
- 15 O documento adequado para um ministro de Estado submeter ao presidente da República projeto de ato normativo é a exposição de motivos; o adequado para ministro de Estado dirigir-se a outro ministro de Estado, independentemente da finalidade da comunicação, é o aviso. **JUSTIFICATIVA – Conforme o MRPR, em regra, a exposição de motivos é dirigida por ministro de Estado ao presidente da República para informá-lo de um assunto, propor alguma medida ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Para a comunicação com autoridade de mesma hierarquia (no caso, outro ministro), o documento adequado é o aviso.**

Considere que, em um conjunto S de 100 servidores públicos admitidos por concurso público, para cada $x = 1, 2, 3, \dots, S_x$, seja o subconjunto de S formado pelos servidores que prestaram exatamente x concursos até que no concurso de número x foram aprovados pela primeira vez; considere, ainda, que N_x seja a quantidade de elementos de S_x . A respeito desses conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 16 Considere que S_x para $x = 1, 2, 3$ e 4 represente conjuntos não vazios. Nessa situação, a probabilidade de um servidor público selecionado ao acaso no conjunto S ter prestado no máximo 4 concursos até ser aprovado pela primeira vez é igual $\frac{N_4}{100}$.

JUSTIFICATIVA – Um servidor que tenha prestado no máximo 4 concursos pertencerá ao conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup S_4$, cujo número de elementos é $N_1 + N_2 + N_3 + N_4$. Assim, a probabilidade requerida é $\frac{N_1 + N_2 + N_3 + N_4}{100}$.

- 17 O conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup \dots$ contém todos os servidores do conjunto S . **JUSTIFICATIVA – Basta notar que, pela definição do conjunto S_x , cada servidor de S deve ser elemento de algum S_x .**
- 18 Existem dois números inteiros, a e b , distintos e positivos, tais que $S_a \cap S_b$ é não vazio. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_x , um servidor que pertença a tal conjunto terá prestado exatamente x concursos até ser aprovado pela primeira vez, de modo que não poderá pertencer a outro conjunto. Assim, quaisquer dois conjuntos S_a e S_b , com a e b distintos, são disjuntos.**
- 19 Se $N_6 = 15$, então 15 servidores do conjunto S prestaram 6 concursos e foram aprovados pela primeira vez no sexto concurso que prestaram. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_6 , tal conjunto coleciona os servidores que prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez. Como N_6 indica o número de elementos desse conjunto, a hipótese prevista no item garante que 15 servidores do conjunto S prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez.**
- 20 Se a e b forem números inteiros positivos e $a \leq b$, então $N_a \leq N_b$. **JUSTIFICATIVA – Os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação entre o número de servidores que prestaram exatamente a concursos até serem aprovados pela primeira vez assim como o número de servidores que prestaram exatamente b concursos para tal.**

Ao planejarem uma fiscalização, os auditores internos de determinado órgão decidiram que seria necessário testar a veracidade das seguintes afirmações:

- P: Os beneficiários receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho.
- Q: Há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho.
- R: A programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho é adequada.

A respeito dessas afirmações, julgue os itens seguintes, à luz da lógica sentencial.

- 21 Se as afirmações Q e R forem verdadeiras, será verdadeira a seguinte proposição: “Se não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, então a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não é adequada.” **JUSTIFICATIVA – A proposição do item pode ser expressa por $\sim q \rightarrow \sim r$. Pelas hipóteses previstas no item, q e r são verdadeiras, de modo que são falsos o precedente e o consequente da proposição do item, que é, pois, verdadeira.**
- 22 O seguinte argumento é um argumento válido: “Se a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho fosse adequada, haveria disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho. Se houvesse disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, os beneficiários teriam recebido do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Mas os beneficiários não receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Logo, a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não foi adequada.” **JUSTIFICATIVA – O argumento do item tem por premissas as proposições $r \rightarrow q$, $q \rightarrow p$ e $\sim p$ e por conclusão a proposição $\sim r$. Da veracidade das premissas $\sim p$ e $q \rightarrow p$ conclui-se que a proposição q é falsa. Diante disso e da veracidade da premissa $r \rightarrow q$, conclui-se que a proposição r é falsa. Assim, a conclusão $\sim r$ é verdadeira.**
- 23 A negação da afirmação Q pode ser corretamente expressa por “Não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos não previstos no plano de trabalho”. **JUSTIFICATIVA – A negação correta seria: “Não há, no estoque do órgão, disponibilidade dos insumos previstos no plano de trabalho”.**

Acerca de conceitos de informática, julgue os itens a seguir.

- 24 A ativação do *firewall* do Windows impede que *emails* com arquivos anexos infectados com vírus sejam abertos na máquina do usuário. **JUSTIFICATIVA – Firewall não faz análise de vírus de anexos de email.**
- 25 *Phishing* é um tipo de *malware* que, por meio de uma mensagem de *email*, solicita informações confidenciais ao usuário, fazendo-se passar por uma entidade confiável conhecida do destinatário. **JUSTIFICATIVA – O phishing lidera hoje o roubo de identidade de usuários, é engenharia social e usa mensagens de email para solicitar informações confidenciais dos clientes.**
- 26 A computação em nuvem, mecanismo muito utilizado atualmente, dispensa o *hardware* para armazenamento de dados, que ficam armazenados em *softwares*. **JUSTIFICATIVA – O armazenamento de dados ocorre em hardwares, no entanto o usuário desconhece onde eles estão. Sempre é necessário hardware para guardar dados.**

- 27 Por ser o Linux o *kernel*, ou seja, o sistema operacional em si, para que ele funcione, será necessária a sua instalação em conjunto com outros aplicativos ou utilitários, especialmente em distribuições como Debian e Ubuntu. **JUSTIFICATIVA – O Linux é o kernel apenas e demanda usar uma das distribuições disponíveis para funcionar adequadamente.**
- 28 O DualBoot permite que dois sistemas operacionais sejam instalados e utilizados simultaneamente em uma mesma máquina. **JUSTIFICATIVA – Os sistemas não podem ser utilizados simultaneamente, mas um de cada vez, selecionados durante o boot.**
- 29 O Microsoft Word apresenta a opção de criar documentos em colaboração, que permite que duas ou mais pessoas possam revisar e alterar um mesmo documento. Para tanto, o Word oferece modos de marcação e destaque para as partes do texto alteradas. **JUSTIFICATIVA – Essa é funcionalidade da opção de colaboração, disponível no Word para edição simultânea de documentos.**
- 30 No Microsoft Excel, a opção Congelar Painéis permite que determinadas células, linhas ou colunas sejam protegidas, o que impossibilita alterações em seus conteúdos. **JUSTIFICATIVA – Quando se congelam painéis, congela-se o painel superior ou o esquerdo, ou ambos, para manter os títulos fixos enquanto se rola uma planilha.**

No que se refere ao regime jurídico administrativo, aos poderes da administração pública e à organização administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 31 São características das sociedades de economia mista: criação autorizada por lei; personalidade jurídica de direito privado; sujeição ao controle estatal; estruturação sob a forma de sociedade anônima. **JUSTIFICATIVA – A criação autorizada por lei, a personalidade de direito privado, a sujeição ao controle estatal e a necessidade de ser estruturada sob a forma de sociedade anônima (prevista no art. 5.º do DL n.º 200/1967), são características das sociedades de economia mista.**
- 32 Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado. **JUSTIFICATIVA – O regime jurídico administrativo resume-se a prerrogativas e sujeições. É uma particularidade do direito administrativo o fato de que suas normas se caracterizam pelas prerrogativas sem equivalentes nas relações privadas. Assim, a administração pública possui prerrogativas e privilégios.**
- 33 Configura descentralização administrativa o ato de criação, pela administração direta, de órgão público para a distribuição interna de determinada atribuição. **JUSTIFICATIVA – A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas, uma é a centralizada, pela qual o serviço é prestado pela administração direta, e a outra é a descentralizada, em que a prestação é deslocada para outras pessoas jurídicas. Assim, descentralização consiste no fato de a administração direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a administração indireta (ou seja, outra pessoa jurídica) ou para o particular. Desse modo, a hipótese prevista é caso de desconcentração administrativa, e não de descentralização, pois trata de criação de órgão.**

Julgue os itens a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

- 34 Recursos administrativos são todos os meios utilizáveis pelos administrados para provocar o reexame do ato administrativo pela administração pública e, pelo fato de o processo administrativo ter impulso de ofício, tais recursos não podem ter efeito suspensivo em hipótese alguma. **JUSTIFICATIVA – Embora recursos administrativos sejam considerados os meios que os administrados podem utilizar para provocar o reexame do ato pela administração pública, tais recursos têm efeito devolutivo e podem ter efeito suspensivo, caso a lei expressamente o preveja.**
- 35 Suponha que uma autoridade administrativa delegue determinada competência a um subordinado e que, no exercício dessa delegação, este pratique ato ilegal que fira direito líquido e certo. Nessa situação, eventual mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade delegante. **JUSTIFICATIVA – Caberá mandado de segurança em face da autoridade delegada quando o ato tiver sido praticado por ela, no exercício do poder que lhe tenha sido delegado pela autoridade delegante.**
- 36 Mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. **JUSTIFICATIVA – Merecimento ou mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. É um juízo de conveniência e oportunidade.**
- 37 Anulação de ato administrativo consiste na extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, sem eficácia retroativa. **JUSTIFICATIVA – Embora a anulação ou invalidade de ato administrativo seja a extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, há na nulidade eficácia retroativa, ou seja, *ex tunc*.**

Julgue os itens subsecutivos, relativos aos agentes públicos e à ética no serviço público.

- 38 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral. **JUSTIFICATIVA – O decreto n.º 1.171/1994, na Seção I do seu anexo, no item IX, dispõe que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.**
- 39 Segundo resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, é vedada a aceitação de presentes por autoridades públicas, independentemente do valor, quando o ofertante tiver interesse pessoal ou profissional em decisão que possa ser tomada, em razão do cargo, pela autoridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo a Resolução n.º 3/2000, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.**
- 40 No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório. **JUSTIFICATIVA – A lei n.º 8.112/1990 não prevê essa possibilidade, além disso, a jurisprudência do STF é clara ao indicar que não é necessária a intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes, razão por que não se visualiza violação ao contraditório.**

No que se refere aos princípios fundamentais e à organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 41 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado. **JUSTIFICATIVA – A própria CF traz a expressão República Federativa do Brasil, em seu art. 1.º, *caput*. Portanto a forma de Estado adotada pelo texto de 1988 é a federação e não o Estado Unitário.**
- 42 O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa. **JUSTIFICATIVA – A CF/88 prevê que a democracia seja representativa e, em alguns casos, direta. “Art. 1.º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” De acordo com a doutrina de referência, trata-se da democracia semidireta ou participativa, um “sistema híbrido”, uma democracia representativa, com peculiaridades e atributos da democracia direta.**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue os itens seguintes.

- 43 No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade. **JUSTIFICATIVA – Com a interpretação dos referidos dispositivos constitucionais, é possível afirmar que a CF/88 incorporou a irretroatividade da lei penal mais prejudicial, e, por outro lado, a retroatividade da lei penal mais benéfica. Nesse sentido: “Art. 5.º XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;”**
- 44 Em caso de grave violação dos direitos internacionais, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados de direitos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal. **JUSTIFICATIVA – O § 5.º do art. 109 da CF/88 prevê esse tipo de deslocamento quando se tratar de crimes relativos a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos, nos seguintes termos: “Art. 109. § 5.º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”**
- 45 A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva pode ser considerada exemplo de norma constitucional de eficácia limitada. **JUSTIFICATIVA – Nos termos do art. 5.º, VII, da CF: “VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;” Isso porque, para produzir efeitos, esse dispositivo constitucional necessitará de regulamentação legal, tendo em vista sua alusão “... nos termos da lei”.**

No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado e aos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

46 Lei estadual que autorize a utilização, pela polícia civil do estado, de armas de fogo apreendidas invade a competência privativa da União para legislar sobre material bélico, que, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas. **JUSTIFICATIVA** – Conforme os seguintes artigos da CF:

“Art. 21. Compete à União: (...)

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...)

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;”

Nesse sentido, também é a jurisprudência do STF:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E MATERIAL BÉLICO. LEI 1.317/2004 DO ESTADO DE RONDÔNIA. Lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas. A competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3258, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, DJ de 09.09.2005).

47 Compete à União, aos estados, ao DF e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito penitenciário, cabendo à União apenas o estabelecimento de normas gerais. **JUSTIFICATIVA** – Os municípios não estão inseridos na competência legislativa concorrente para dispor sobre direito penitenciário:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...)

§ 1.º – No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

48 A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União. **JUSTIFICATIVA** – Art. 144, § 1.º, I, II e IV, da CF.

A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

49 Considere que o Congresso Nacional, para evitar eventual compromisso gravoso ao patrimônio nacional, resolva definitivamente acerca de um tratado internacional. Nessa situação, o ato legislativo, por ser definitivo, deve ser sancionado pelo presidente da República. **JUSTIFICATIVA** – A competência mencionada é exclusiva do Congresso Nacional, que não ficará submetida à posterior sanção do presidente da República. Ao contrário, o Congresso Nacional a desempenhará por meio de decreto legislativo:

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;”.

50 O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. **JUSTIFICATIVA** – Alinha-se ao disposto no art. 144 da CF e seus incisos:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que diz respeito às teorias e técnicas psicoterápicas e à psicopatologia, julgue os itens que se seguem.

- 51 Em relação à psicodinâmica, há uma diferença importante entre os sintomas que ocorrem na histeria de conversão e nos doentes psicossomáticos. Na histeria de conversão, os conflitos inconscientes exprimem-se por sintomas que possuem significação simbólica; não há lesão orgânica. Nos doentes psicossomáticos, a neurose de órgão é desprovida de sentido e a patologia afeta a vida vegetativa. **JUSTIFICATIVA – Na histeria, a patologia se refere à vida de relação e o sintoma conversivo é simbólico. No caso dos doentes psicossomáticos, trata-se de uma resposta somática que não objetiva exprimir uma emoção. Existe lesão orgânica que, se não cuidada, dependendo do caso, pode levar à morte.**
- 52 A psicoeducação, fator terapêutico cognitivo inespecífico, é utilizada como estratégia de mudança em diversas abordagens psicoterápicas e tem o objetivo de aumentar o conhecimento do paciente acerca de seu transtorno e de prevenir recaídas. **JUSTIFICATIVA – Em psicoterapia, os diversos fatores ou agentes de mudança podem ser divididos em: fatores de natureza cognitiva, fatores comportamentais, fatores inerentes à relação terapêutica, fatores sociais, grupais ou sistêmicos. A psicoeducação faz parte dos fatores de natureza cognitiva e, em maior ou menor grau, está presente em diversas abordagens.**
- 53 Na psicanálise, as três neuroses clássicas — histeria, neurose obsessiva e fobia — podem ser definidas de acordo com o modo particular que o ego tem de se defender. Na neurose obsessiva, ocorre o deslocamento; na fobia, a projeção; e, na histeria, a conversão. **JUSTIFICATIVA – Essas três formas de defesa configuram os sintomas privilegiados: sofrimento do pensar, no neurótico obsessivo; o objeto ressentido como ameaçador, na fobia; e um sofrimento corporal, na histeria.**
- 54 Nas psicoses, ocorre uma exteriorização reificante, presente no delírio e(ou) na alucinação. Trata-se de um efeito defensivo, no qual aquilo que deveria ter sido do sistema interno e subjetivo do pensamento e do afeto do sujeito é reificado e exteriorizado. **JUSTIFICATIVA – Trata-se de uma colocação em cena dramatizada visando a organização do “fora”, a qual substitui uma tomada de consciência interna de um desejo.**
- 55 Na estrutura neurótica, o conflito psíquico do sujeito situa-se entre o ego e as pulsões, sendo o recalque uma das principais defesas. Nesse caso, o processo primário conserva um papel eficaz, respeitando a noção de realidade. Na estrutura psicótica, uma recusa incide sobre parte da libido narcisista, ocorrendo o domínio do processo secundário. **JUSTIFICATIVA – Na estrutura neurótica, é o processo secundário que conserva um papel eficaz, o que faz com que a noção de realidade predomine. Na estrutura psicótica ocorre o contrário, já que a recusa incide não sobre a libido, mas sobre parte da realidade, levando ao predomínio da libido narcisista e do processo primário.**
- 56 A depressão, na visão da teoria cognitiva, deve ser compreendida como uma perturbação no pensamento; seus sintomas decorrem de um processamento cognitivo pessimista, de uma visão distorcida de si, do mundo e do futuro. **JUSTIFICATIVA – Beck pressupõe dois elementos básicos: a tríade negativa e as distorções cognitivas. A tríade negativa consiste na tendência de a pessoa ver-se como inadequada, ter uma visão negativa do mundo e do futuro. As distorções cognitivas são erros sistemáticos na percepção e no processamento de informações, o que o leva a estruturar suas experiências de forma inflexível.**
- 57 Na visão psicodinâmica, a natureza neurótica da depressão revela-se pela incapacidade de o sujeito utilizar a dor depressiva para fins de elaboração psíquica. **JUSTIFICATIVA – A natureza neurótica da depressão revela-se justamente pela capacidade de utilizar a dor depressiva para fins de elaboração psíquica. A capacidade de realizar o luto e fazer elaboração psíquica.**
- 58 Burnout é a denominação dada a uma síndrome marcada pela presença de sintomas como ansiedade extrema, recordações aflitivas e sentimento de impotência, que se desenvolvem após a exposição do sujeito a um estressor traumático extremo. **JUSTIFICATIVA – Definição do transtorno de estresse pós-traumático.**

Acerca da psicologia da saúde, julgue os próximos itens.

- 59 O paradigma positivista influenciou de maneira significativa o desenvolvimento da pesquisa e da prática profissional no campo da psicologia da saúde. Esse paradigma, contudo, por ser embasado em perspectiva microcategórica, dificulta uma construção teórica que ultrapasse os aspectos semiológicos do conceito de saúde e seus possíveis campos de trabalho. **JUSTIFICATIVA – Mais do que o processo de adoecimento, o foco da psicologia da saúde é o desenvolvimento da saúde humana. Faz-se urgente a construção de metodologias e de avanços teóricos que priorizem a expansão do termo saúde para além da ausência de doença e que extrapolem o viés positivista. Dimensões psíquicas e subjetivas são contextos que devem ser considerados na constituição da doença e no processo de adoecimento.**
- 60 As dimensões psíquicas e subjetivas devem ser consideradas no processo de adoecimento e na constituição da doença. **JUSTIFICATIVA – Mais do que o processo de adoecimento, o foco da psicologia da saúde é o desenvolvimento da saúde humana. Para isso, faz-se urgente a construção de metodologias e avanços teóricos que priorizem o avanço do sentido do termo saúde para além da ausência de doença e que extrapolem, portanto, o viés positivista. Dimensões psíquicas e subjetivas são contextos que devem ser considerados na constituição da doença e no processo de adoecimento.**
- 61 Promoção de saúde e prevenção de doenças, assim como participação em equipes interdisciplinares de instituições ou em trabalhos comunitários, constituem possibilidades de atuação no campo da psicologia da saúde. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, o desenvolvimento da psicologia da saúde fez surgir um campo de atuação que envolvesse a promoção de saúde, assim como a participação desses profissionais em instituições de saúde e trabalhos comunitários.**

Carlos, aos quatro anos de idade, foi diagnosticado com câncer e, desde então, iniciou tratamento e acompanhamento na ala da oncologia pediátrica do hospital de sua cidade.

Considerando essa situação hipotética e o trabalho do psicólogo no contexto hospitalar, julgue os itens subsecutivos.

- 62 A terapêutica farmacológica, os efeitos colaterais e os riscos de recidiva são aspectos não ocupados pela psico-oncologia, uma vez que são atribuições do médico responsável pelo caso de Carlos. **JUSTIFICATIVA – A psico-oncologia ocupa-se de todo processo que envolve a promoção da qualidade de vida do paciente com câncer, de modo a auxiliar o indivíduo e sua família no processo de enfrentamento da doença e de seu tratamento, tais como: o longo período de tratamento, a terapêutica farmacológica e seus efeitos colaterais, a submissão a procedimentos invasivos e significativamente dolorosos, alterações nos padrões de comportamento e riscos de recidiva. O acompanhamento do paciente e sua família torna-se um elemento crucial ao longo do processo.**
- 63 Cabe ao psicólogo responsável fazer uma avaliação particularizada do caso, priorizando a promoção de mudanças no repertório comportamental relacionadas à saúde de Carlos e utilização de comportamentos adquiridos ao longo do tratamento, o que pode ser útil em diversas situações de risco a que seja submetido. **JUSTIFICATIVA – A psico-oncologia ocupa-se de todo processo que envolve a promoção da qualidade de vida do paciente com câncer, auxiliando o indivíduo e sua família no processo de enfrentamento da doença e seu tratamento, tais como: o longo período de tratamento, a terapêutica farmacológica e seus efeitos colaterais, a submissão a procedimentos invasivos e significativamente dolorosos, alterações nos padrões de comportamento e riscos de recidiva. O acompanhamento do paciente e de sua família torna-se um elemento crucial ao longo do processo. O caso deve ser avaliado de maneira particularizada, a fim de que o profissional possa realizar, juntamente com a equipe multiprofissional, intervenções que promovam mudanças no repertório comportamental do paciente, de modo que ele adquira comportamentos ao longo do tratamento, o que pode ser útil em diversas situações de risco a que seja submetido.**
- 64 Há, na psico-oncologia, uma vertente interdisciplinar que avalia a influência de fatores comportamentais, psicológicos e sociais no desenvolvimento do câncer e, conseqüentemente, no tratamento e na reabilitação dos indivíduos que contraíram a doença. **JUSTIFICATIVA – Alguns autores consideram a psico-oncologia como um ramo da medicina ou mesmo como uma sub-especialidade da oncologia. De qualquer maneira, a psico-oncologia é uma vertente interdisciplinar que se ocupa do paciente com câncer, assim como de seu contexto familiar, posto que, por meio dela, avalia-se a influência das dimensões psicológicas, comportamentais e sociais no desenvolvimento e no tratamento da doença, com fins de reabilitar o paciente.**
- 65 Nessa situação, o psicólogo deve atuar na vertente individual e familiar, auxiliando tanto Carlos quanto sua família no processo de enfrentamento da doença e de outros eventos estressores. **JUSTIFICATIVA – Alguns autores consideram a psico-oncologia como um ramo da medicina ou mesmo como uma sub-especialidade da oncologia. De qualquer maneira, a psico-oncologia é uma vertente interdisciplinar que se ocupa do paciente com câncer, assim como de seu contexto familiar, posto que, por meio dela, avalia-se a influência das dimensões psicológicas, comportamentais e sociais no desenvolvimento e no tratamento da doença, com fins de reabilitar o paciente.**

Jonas, com trinta anos de idade, servidor público, há dois meses mudou de setor no trabalho. Na antiga ocupação, passou um ano elaborando e implementando um núcleo de apoio ao servidor. Identificava-se com o serviço e com as atividades que realizava. Devido a uma crise em seu casamento, resolveu aceitar o convite para assumir um novo cargo, posto que seu salário iria aumentar e haveria flexibilidade quanto ao horário de trabalho. Há um mês e meio, Jonas vem sofrendo de insônia e tem dificuldades para se alimentar e de lidar com a nova equipe e com as exigências do novo chefe. Apresenta-se ansioso, isolado e com baixa produtividade.

Diante dessa situação hipotética, e com base nas teorias, nos estilos de enfrentamento do estresse e na atuação do psicólogo no campo institucional, julgue os itens a seguir.

- 66 A síndrome geral de adaptação (SGA) é constituída de três etapas: fase de alarme, de resistência e de exaustão. O estresse se manifesta apenas na fase de resistência. **JUSTIFICATIVA – O estresse se manifesta pela Síndrome Geral de Adaptação (SGA), constituída de três fases: alarme, resistência e exaustão. O estresse pode se manifestar em todas as fases.**
- 67 De acordo com a visão biopsicossocial do estresse, é possível que Jonas esteja sendo acometido por estímulos estressores provenientes tanto do meio externo quanto do interno. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a visão biopsicossocial, estresse é uma relação singular estabelecida entre um indivíduo, seu ambiente e as circunstâncias às quais está submetido. Nesse sentido, considera-se que os estímulos estressores são provenientes do meio externo e interno. No caso de Jonas, tem-se o trabalho como estímulo estressor externo e as emoções, fantasias, medos e angústias como o estímulo estressor interno.**
- 68 A probabilidade de adoecimento de Jonas está relacionada à maneira como ele avalia e enfrenta sua situação pessoal e profissional. **JUSTIFICATIVA – As crenças, os componentes situacionais dos estímulos, o caráter de novidade da situação, a intensidade e previsibilidade do acontecimento são elementos que contribuem de maneira significativa para o processo de avaliação do processo e situação estressante. O adoecimento estaria, assim, vinculado à maneira como Jonas avalia e domina esses estímulos estressores.**
- 69 Jonas poderia se beneficiar de um acompanhamento psicológico individual que pudesse produzir mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais duradouras. **JUSTIFICATIVA – A terapia cognitivo-comportamental poderia auxiliar Jonas a reduzir mudanças no nível cognitivo, emocional e comportamental; intervenção necessária para que ele possa lidar com a situação estressora vigente, de modo a evitar o colapso ou mesmo a exaustão do organismo.**
- 70 O psicólogo que atua no núcleo de atendimento ao servidor poderá indicar o psicólogo e a abordagem teórico-clínica mais adequada para o caso de Jonas, devendo repassar ao profissional indicado todas as informações e resultados da prestação de serviço psicológico. **JUSTIFICATIVA – O profissional que atua no núcleo de atendimento ao servidor deverá orientar o indivíduo e, se for o caso, encaminhá-lo para atendimento externo. É fundamental ressaltar que, só devem ser passadas as informações necessárias ao início do acompanhamento psicológico.**

- 71 O *coping* pode ser útil tanto na modificação das relações de Jonas com o ambiente de trabalho, em uma tentativa de controlar a situação estressora quanto na modulação da resposta emocional suscitada pela situação-problema. **JUSTIFICATIVA** – O *coping* apresenta duas funções: modificar a relação do indivíduo com o ambiente ou situação estressora e modular a resposta emocional do sujeito frente ao agente estressor/situação-problema.
- 72 Devido ao quadro de estresse pós-traumático apresentado por Jonas, é necessária a intervenção do psicólogo institucional junto à equipe de trabalho. **JUSTIFICATIVA** – Não há indícios de um quadro de estresse pós-traumático. Em acréscimo, a intervenção do psicólogo institucional é limitado ao indivíduo e as relações estabelecidas com seu ambiente de trabalho.
- 73 Com base na teoria proposta por Hans Selye, Jonas está sofrendo de estresse, haja vista os sintomas físicos e psicológicos apresentados. **JUSTIFICATIVA** – Hans Selye foi o primeiro estudioso a definir e conceituar o estresse. De acordo com ele, o estresse é um elemento inerente a toda doença, produzindo alterações na estrutura e na composição química do corpo. O foco de sua teoria está na dimensão biológica do estresse.

Com relação à avaliação psicológica, ao psicodiagnóstico e à atuação do psicólogo, julgue os próximos itens.

- 74 No processo avaliativo, o psicólogo pode fazer uso de métodos com enfoques quantitativos e qualitativos. **JUSTIFICATIVA** – Conforme literatura consagrada na área, o psicólogo responsável pela avaliação poderá utilizar métodos com enfoque qualitativos e quantitativos no processo psicodiagnóstico, a fim de avaliar a fidedignidade dos subsídios que suas estratégias lhe fornecem.
- 75 A classificação do caso e a previsão do seu curso possível podem constituir alguns dos objetivos do psicodiagnóstico. **JUSTIFICATIVA** – O psicodiagnóstico é um processo científico que utiliza técnicas e testes psicológicos a fim de compreender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar questões específicas, classificando o caso ou mesmo prevendo o seu curso possível.
- 76 O psicodiagnóstico é um processo científico de avaliação psicológica que tem por objetivos clínicos prioritários a identificação do funcionamento psicológico e o estabelecimento dos critérios diagnósticos. **JUSTIFICATIVA** – Conforme literatura consagrada na área, o psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica que almeja identificar as forças e as fraquezas do funcionamento psicológico, não havendo prioridade para a classificação psiquiátrica ou mesmo para a existência de uma psicopatologia. Os critérios para diagnósticos não são estabelecidos nessa avaliação.
- 77 A estratégia de avaliação realizada no paciente pode estar vinculada à abordagem teórica do psicólogo que realizará a investigação. **JUSTIFICATIVA** – As estratégias de avaliação compreendem a variedade de enfoques teóricos e recursos disponíveis ao psicólogo no processo de avaliação. Dessa maneira, tais avaliações podem estar articuladas ao enfoque teórico adotado pelo profissional que realizará a investigação.

Considerando o código de ética que rege a profissão e a atuação do psicólogo, julgue os itens subsecutivos.

- 78 Em se tratando de paciente que esteja envolvido em casos de perícia judicial, o profissional/psicólogo poderá atuar como perito, mesmo que tenha atendido, individual e clinicamente, em momento anterior, o referido paciente. **JUSTIFICATIVA** – O profissional psicólogo que atua enquanto perito em casos judiciais deve zelar pela neutralidade, evitando situações que possam comprometer a fidelidade de dados e de informações colhidas ao longo do processo.
- 79 Na prestação de serviços psicológicos, é vedado ao psicólogo fornecer, a qualquer pessoa, informações a respeito dos objetivos de suas intervenções. **JUSTIFICATIVA** – O fornecimento de informações, a quem de direito, sobre o caso ou os objetivos das intervenções constitui um dever fundamental do profissional, quando da prestação de serviços psicológicos.
- 80 No que tange aos resultados das intervenções psicológicas realizadas, o profissional deverá informar, a quem de direito, apenas aqueles que são necessários para a tomada de decisões, preservando o usuário e(ou) o beneficiário. **JUSTIFICATIVA** – Cabe ao psicólogo a comunicação dos resultados, a quem de direito, apenas daquelas informações necessárias a tomada de decisões, preservando-se o usuário e/ou beneficiário.
- 81 Em caso de greves ou paralisações da categoria profissional, o psicólogo dispõe do direito de interromper todas as atividades concernentes à prestação de serviços psicológicos. **JUSTIFICATIVA** – Em caso de greve ou paralisações, o profissional poderá interromper todas as atividades concernentes à prestação de serviços psicológicos, exceto as atividades de emergência.

A respeito da prevenção ao uso de álcool e de outras drogas, julgue os itens a seguir.

- 82 Os centros de atenção psicossocial específicos para atendimentos na área de álcool e drogas constituem serviços integrantes da política de saúde mental. Tais centros podem colaborar significativamente para a construção de estratégias que objetivem a identificação e a mediação de situações de riscos e danos decorrentes do consumo do álcool e de outras drogas. **JUSTIFICATIVA** – A associação de políticas públicas de educação e de saúde é essencial para o desenvolvimento de planos de ação cujo objetivo é estabelecer intervenções na identificação e na mediação de situações que envolvam danos decorrentes do consumo de drogas. Tais planos englobam, além do usuário, sua família e outros membros da comunidade.
- 83 O trabalho de prevenção no contexto escolar deve ser fundamentado em uma visão sistêmica que considere as pessoas com as quais o adolescente interage, os fatores de risco e os fatores de proteção. **JUSTIFICATIVA** – No contexto da prevenção de drogas, uma das possibilidades referentes ao campo de trabalho é o contexto escolar. Nesse contexto, o educador poderá observar as redes sociais em que o adolescente está envolvido, identificando pessoas de relevância com quem o adolescente interage regularmente, no intuito de definir os fatores de risco e de proteção envolvidos.

- 84 No que tange ao trabalho em rede, o guia cognitivo e de conselho e a regulação social exercem a mesma função. **JUSTIFICATIVA** – A forma predominante de relacionamento estabelecida entre o adolescente e as pessoas da rede constituem as funções desempenhadas por esta última. São alguns exemplos: guia cognitivo e de conselhos, companhia social, apoio emocional, regulação social, ajuda material e de serviços, além de acesso a novos contatos. O primeiro, por exemplo, refere-se às interações que se destinam a compartilhar informações e esclarecer dúvidas e expectativas. A regulação social, em contrapartida, refere-se àquelas interações que retomam responsabilidades e papéis e favorecem a solução de conflitos.
- 85 A prevenção ao uso de drogas deve contemplar ações amplas e conjuntas, em diferentes níveis. Para tal, a ação deve envolver intervenções universais, seletivas e indicadas. **JUSTIFICATIVA** – Ao se falar em prevenção, entende-se a necessidade urgente de ações contínuas de nível primário, secundário e terciário, as quais envolvam as intervenções universal, seletiva e indicada. A intervenção universal refere-se aos programas destinados à população geral, sem fator de risco associado. A intervenção seletiva refere-se às ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco de substâncias. Já a intervenção indicada envolve intervenções voltadas para a população de risco, relacionada ao uso direto ou indireto da substância.

Acerca das diferentes abordagens teórico-metodológicas da gestão de pessoas bem como dos macroprocessos de planejamento organizacional e desenvolvimento de pessoas, julgue os itens subsequentes.

- 86 Segundo a abordagem cognitivo-comportamental, o comportamento humano resulta de um processo de autorregulação, embasado na resposta (*feedback*) do ambiente, o que induz o indivíduo a uma reestruturação interna e continuada. **JUSTIFICATIVA** – Na psicologia do trabalho, a ideia de autorregulação na relação indivíduo-ambiente é central nas teorias do comportamento.
- 87 A entrevista clínica é sempre utilizada para orientação e ajuda quanto à priorização das necessidades básicas de desenvolvimento de pessoas. **JUSTIFICATIVA** – Não se usa entrevista clínica para diagnóstico de necessidades de treinamento.
- 88 A análise dos perfis de cargos para o treinamento é uma das etapas do planejamento estratégico, que objetiva diagnosticar as necessidades humanas no trabalho bem como avaliar a personalidade dos indivíduos e dos seus vínculos afetivos com outras pessoas. **JUSTIFICATIVA** – Não é necessária a avaliação de personalidade para o diagnóstico de necessidades e tampouco para o planejamento estratégico.
- 89 O acolhimento constitui importante ferramenta de intervenção para enfrentamento do estresse e desenvolvimento de lideranças. **JUSTIFICATIVA** – O acolhimento é uma técnica de intervenção usada para vários fins, entre eles a prevenção e assistência do estresse e de outros problemas organizacionais como a liderança.

Julgue os itens seguintes, acerca de pesquisa e intervenção em cultura e clima organizacional.

- 90 A violência no trabalho é uma variável importante na pesquisa e intervenção de clima organizacional. **JUSTIFICATIVA** – A violência no trabalho produz efeitos diretos no clima organizacional.
- 91 As técnicas mais utilizadas para pesquisa de clima organizacional são as entrevistas clínicas de avaliação. Por meio dessas entrevistas, é possível construir escalas psicométricas que permitem o diagnóstico dos fatores psicossociais do clima organizacional. **JUSTIFICATIVA** – Entrevistas clínicas não são para avaliação, menos ainda para construção de escala de clima.
- 92 Os valores e as crenças, núcleos da cultura organizacional, são fundamentais para a motivação como condição interna que leva o indivíduo a um comportamento orientado pela busca de um resultado. **JUSTIFICATIVA** – Ser condição interna e orientar comportamento é parte do conceito de valores, entre eles a motivação.
- 93 Em pesquisas de clima organizacional deve-se considerar a desejabilidade social como uma atitude orientada pelo desejo pulsional, que orienta o indivíduo para um objetivo ou meta socialmente reconhecida. **JUSTIFICATIVA** – O desejo pulsional não é parte do conceito de atitude e de desejabilidade social, ao passo que as necessidades são, de fato, parte do referido conceito.
- 94 A maioria das abordagens do comportamento humano utiliza como sinônimos os termos emoção e afeto — fundamentais na compreensão das dimensões simbólicas da cultura organizacional. **JUSTIFICATIVA** – Afeto e emoção não são sinônimos em abordagens que consideram as dimensões simbólicas da cultura, assim como não o são na maioria das abordagens do comportamento.

As abordagens da psicopatologia e da psicodinâmica do trabalho, em relação à saúde mental do trabalhador encontram-se inseridas em uma organização do trabalho muitas vezes marcada pela relação dominação/resistência, resultante da lógica produtivista. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 95 A normopatia e as compulsões são patologias sociais provocadas pelos modos de organização dos trabalhos perversos e podem produzir sintomas como a violência moral. **JUSTIFICATIVA** – A normopatia e as compulsões podem ser provocadas por outras razões, bem como a compulsão pode não gerar a violência moral.
- 96 A servidão voluntária — uma patologia do trabalho — é definida como um assujeitamento fortemente influenciado pela necessidade de sobrevivência, de segurança e de poder como dimensões da condição humana. **JUSTIFICATIVA** – A servidão voluntária é razão do assujeitamento.
- 97 Considerar a realidade de trabalho é essencial para delinear uma organização do trabalho que concilie racionalidade instrumental e racionalidade subjetiva e, assim, exerça influência direta na prevenção do adoecimento no trabalho. **JUSTIFICATIVA** – O real é fundamental para um delineamento de organização do trabalho que articula o instrumental e o subjetivo.

- 98 A sublimação é utilizada como defesa para mediar o confronto entre o desejo do sujeito — expresso nas necessidades, aspirações e interesses — e a organização do trabalho — marcada pela ideologia da excelência. **JUSTIFICATIVA – Sublimação não é defesa para a psicodinâmica do trabalho.**
- 99 Existem três tipos de sofrimento no trabalho: criativo, ético e patogênico. O sofrimento ético é o único vivenciado no contexto de precarização, em função das contradições que a organização do trabalho impõe. **JUSTIFICATIVA - O sofrimento vivenciado no contexto de precarização pode ser de qualquer tipo.**
-
- Acerca da atuação do psicólogo nas equipes multidisciplinares para implementação de políticas públicas de saúde do trabalhador, julgue os itens subsequentes.
- 100 Os fatores psicossociais que causam impactos nos processos de subjetivação do trabalhador e no seu desempenho constituem focos de atuação da psicologia do trabalho. **JUSTIFICATIVA – Os fatores psicossociais são fundamentais para a subjetivação no trabalho.**
- 101 A responsabilidade principal do psicólogo nas equipes multiprofissionais é contribuir para a transferência de tecnologias de gestão gerencialista de pessoas e de gestão social da saúde — dimensão a ser considerada na implantação das políticas de prevenção da saúde do trabalhador. **JUSTIFICATIVA – Não é função da psicologia do trabalho transferir tecnologias de gestão – menos ainda a gestão gerencialista – pois estas não contribuem para a promoção da saúde.**
- 102 O psicólogo atua nas estruturas organizacionais, visando torná-las mais leves, flexíveis e horizontalizadas, o que garante a prevenção da saúde e de acidentes de trabalho. **JUSTIFICATIVA – O psicólogo não tem a função de intervir nas estruturas e, além disso, se o fizesse, não garantiria a prevenção da saúde e dos acidentes de trabalho, posto que outros fatores estão envolvidos na sua ocorrência.**
- 103 Na gestão da organização do trabalho, o foco da atuação do psicólogo será, exclusivamente, o reconhecimento das variabilidades individuais. **JUSTIFICATIVA – A variabilidade é fundamental para a atuação do psicólogo, mas outras variáveis devem ser consideradas como foco, a exemplo dos grupos e dos coletivos de trabalho.**

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade, a empresa Alfa criou, há cinco anos, um programa de qualidade de vida no trabalho (QVT).

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens, acerca do programa de QVT.

- 104 O fator mais importante para o sucesso do programa de QVT da empresa Alfa é o pagamento de altos salários aos empregados, o que se comprova em pesquisas a respeito das melhores empresas para se trabalhar. **JUSTIFICATIVA – 1. Qualidade de vida no trabalho (QVT) “é um conceito que se refere aos aspectos da experiência do trabalho, como estilo de gestão, liberdade e autonomia para tomar decisões, ambiente de trabalho agradável, camaradagem, segurança no emprego, horas adequadas de trabalho e tarefas significativas e agradáveis. Um programa de QVT procura estruturar o trabalho e o ambiente de trabalho no sentido de satisfazer a maioria das necessidades individuais das pessoas e tornar a organização um local desejável e atraente. QUAL É A ORGANIZACAO QUE NAO GOSTARIA de ser o melhor lugar para se trabalhar? E qual e a pessoa que não gostaria de trabalhar em uma organização que fosse excepcionalmente boa nesse aspecto? Qualidade de vida implica criar, manter e melhorar o ambiente de trabalho seja em suas condições físicas – higiene e segurança – seja em suas condições psicológicas e sociais. Tudo isso redundando em um ambiente de trabalho agradável e amigável e melhora substancialmente a qualidade de vida das pessoas na organização. E, por extensão, a qualidade de vida das pessoas fora da organização”.**
3. O capital humano nas organizações (2009), na página 350, em uma coluna intitulada “Flash”, fala acerca das melhores empresas para se trabalhar, descrevendo uma pesquisa da revista em que são colocados vários fatores avaliados na pesquisa.
- 105 Independentemente dos objetivos iniciais do programa de QVT da empresa Alfa, o êxito desse programa está calcado em fatores como: competência gerencial, identificação com a empresa, preocupação assistencial com os empregados, oportunidade efetiva de participação, visão humanista da empresa e equidade salarial. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, os principais fatores determinantes da QVT, que são: competência gerencial; identificação com a empresa; preocupação assistencial com os funcionários; oportunidade efetiva de participação; visão humanista da empresa e equidade salarial.**

No que diz respeito à avaliação de desempenho, julgue os itens seguintes.

- 106 O método das escalas gráficas, por ser complexo, demandar planejamento demorado e cuidadoso e exigir o auxílio de especialistas, apresenta a desvantagem do custo operacional elevado. **JUSTIFICATIVA – 1. Conforme literatura consagrada na área, as vantagens do método das escalas gráficas são as seguintes:**
1. Constitui-se como um instrumento de avaliação de fácil entendimento e de aplicação simples.
 2. Permite uma visão integrada e resumida dos fatores de avaliação, ou seja, das características de desempenho mais realçadas pela empresa e a situação de cada avaliado diante delas. O método de custo operacional elevado é o método de pesquisa de campo.

107 Avaliação de desempenho é um processo decisório que se baseia em dados confiáveis para agregar talentos e competências capazes de contribuir, a longo prazo, para o sucesso da organização. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, seleção é um processo decisório baseado em dados confiáveis para agregar talentos e competências capazes de contribuir no longo prazo para o sucesso da organização.**

Em um mundo altamente competitivo e em transformação contínua, a gestão do conhecimento e a gestão por competências são buscas constantes das empresas, até mesmo em razão da sobrevivência e do sucesso. No que diz respeito a esse assunto, julgue o item abaixo.

108 A gestão do conhecimento está vinculada à decisão sobre o quão importante é o conhecimento crítico para a organização e que resultados ele poderá proporcionar; a gestão por competências procura substituir o levantamento das necessidades de treinamento por uma visão das necessidades do negócio e de como as pessoas poderão agregar valores à empresa. **JUSTIFICATIVA – 1. Conforme literatura consagrada na área, a Gestão do Conhecimento (GC) trata da identificação do que se sabe ou do que se deve saber dentro da organização. Significa criar, capturar, arquivar, organizar, sistematizar, disseminar e aplicar o conhecimento, informação e expertise entre os colaboradores com interesses e necessidades similares para criar inovação e gerar retorno. Em resumo, a GC está vinculada à decisão sobre qual é o conhecimento crítico que importa realmente a organização e que serve aos seus propósitos e proporciona resultados”. 2. Conforme literatura consagrada na área, “A gestão por competência procura substituir o tradicional levantamento de necessidades de treinamento por uma visão das necessidades do negócio e como as pessoas poderão aportar valor a empresa”.**

A respeito de recrutamento e seleção de pessoal, julgue os itens subsequentes.

109 As técnicas de seleção incluem entrevistas de seleção, provas de conhecimentos, testes psicométricos, testes de personalidade e técnicas de simulação. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, as entrevistas de seleção, as provas de conhecimento, os testes psicométricos, os testes de personalidade e as técnicas de simulação são técnicas de seleção.**

110 A eficiência de um processo seletivo consiste em alcançar resultados e atingir objetivos, de forma que a empresa se torne cada dia melhor com as novas aquisições de pessoal. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, a eficácia de um processo seletivo consiste em alcançar resultados e atingir objetivos, de modo que a empresa se torne cada dia melhor com as novas aquisições de pessoal.**

111 Uma das vantagens do recrutamento interno em relação ao recrutamento externo é a menor probabilidade de rejeição do recrutado pelos colegas. **JUSTIFICATIVA – Em relação à prioridade para o recrutamento interno, “o aproveitamento de pessoal da empresa tem as seguintes vantagens: motiva todos os empregados, sinalizando a disposição de se promover a “prata da casa” e de se criar perspectivas de carreira; no longo prazo, facilita o recrutamento de pessoas mais qualificadas; costuma ser mais rápido, pois as pessoas estão disponíveis e as vagas são preenchidas mais depressa; o custo de admissão é praticamente nulo; se houver uma boa avaliação dos candidatos, a probabilidade de acerto tende a ser maior, uma vez que eles já estão na empresa e são conhecidos; aproveita melhor o treinamento do pessoal; diminui a probabilidade de rejeição pelos colegas”.**

A respeito da avaliação psicológica em concursos públicos, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições do Decreto n.º 6.944/2009.

112 Em um concurso público, mesmo que não esteja prevista no edital, a avaliação psicológica pode ser utilizada caso as atribuições do cargo requeiram. **JUSTIFICATIVA – Segundo o Decreto n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009, art. 14., “a realização de avaliação psicológica está condicionada à existência de previsão legal específica e deverá estar prevista no edital”. (Redação dada pelo Decreto n.º 7.308, de 2010)”.**

113 Na avaliação psicológica, empregam-se procedimentos empíricos, com vistas a avaliar o perfil do candidato frente às atribuições do cargo. **JUSTIFICATIVA – Segundo o Decreto n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009, art. 14, § 1º, “para os fins deste Decreto, considera-se avaliação psicológica o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com as atribuições do cargo. (Redação dada pelo Decreto n.º 7.308, de 2010)”.**

114 O resultado da avaliação psicológica do candidato deve ser divulgado, exclusivamente, por meio dos termos apto ou inapto. **JUSTIFICATIVA – Segundo o Decreto n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009, art. 14-A, “o resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como ‘apto’ ou ‘inapto’”. (Incluído pelo Decreto n.º 7.308, de 2010)”.**

A respeito dos princípios norteadores para a elaboração de documentos decorrentes de avaliação psicológica, conforme estabelecido no Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, julgue o item seguinte.

115 De acordo com os princípios técnicos da linguagem escrita, deve-se apresentar uma redação bem estruturada e definida; os princípios éticos e técnicos estabelecem que as informações devam se basear nos princípios e dispositivos do código de ética profissional do psicólogo. **JUSTIFICATIVA – O Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrente de avaliação psicológica instituída pela Resolução CFP n.º 007/2003, em seu item I, estabelece que “o psicólogo, na elaboração de seus documentos, deverá adotar como princípios norteadores os princípios da linguagem escrita e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão”.**

A respeito de índice de rotatividade de pessoal e absenteísmo, julgue o item abaixo.

116 Rotação de pessoal e absenteísmo, assim como acidentes, queixas e reclamações, são aspectos interligados, daí a importância de uma avaliação integrada de gestão de pessoas para identificação das causas desses processos. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, “muitos problemas de Gestão de Pessoas (GP) (como altos índices de rotatividade e absenteísmo, acidentes, queixas e reclamações) são interrelacionados e somente uma avaliação integrada da GP permite visualizar a constelação das causas (clima organizacional negativo, relações precárias com supervisores e clientes)”.**

O planejamento é importante para programar a carreira dos indivíduos de modo que eles exerçam com eficácia as funções e atribuições para as quais demonstrem aptidão. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsecutivos.

- 117 A utilização de critérios claros e divulgados de forma adequada é um dos critérios mais importantes a ser considerado por uma empresa possuidora de programas de promoção. **JUSTIFICATIVA** – Conforme literatura consagrada na área, um cuidado extremo deve ser tomado nas promoções: é preciso (a) considerar todo o universo de candidatos; (b) usar critérios claros e adequadamente divulgados; (c) comunicar adequadamente a todos, promovidos ou não, as razões das escolhas e as perspectivas futuras de cada um.
- 118 No passado, muitas empresas assumiam a responsabilidade pelo planejamento da carreira de seus empregados. Entretanto, atualmente, devido à dificuldade para a maioria das empresas de manter essa responsabilidade, cada pessoa deve ser a responsável pela sua própria carreira. **JUSTIFICATIVA** – Conforme literatura consagrada na área, “é preciso salientar que o principal responsável pela carreira de cada pessoa é ela própria. No passado, muitas empresas assumiam a responsabilidade pelo planejamento da carreira de seu pessoal. A velocidade das mudanças (...) tornou difícil para a maioria das empresas manter essa responsabilidade.”

Com relação à ética profissional do psicólogo, julgue os itens que se seguem.

- 119 O psicólogo organizacional deverá respeitar o sigilo profissional, podendo decidir pela quebra desse sigilo em situações de conflito com os princípios fundamentais do seu código de ética profissional, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo, exceto nos casos previstos em lei. **JUSTIFICATIVA** – O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece: “Art. 9º – É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações a que se tenha acesso no exercício profissional. Art. 10 – Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.”
- 120 A transgressão dos preceitos contidos no código de ética profissional do psicólogo, considerada infração disciplinar, inclui as seguintes penalidades: advertência verbal, advertência por escrito, censura ética, suspensão do exercício profissional por até vinte dias e cassação do exercício profissional. **JUSTIFICATIVA** – O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece: “Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais: a) Advertência; b) Multa; c) Censura pública; d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia; e) Cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia”.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

De acordo com a Resolução n.º 018/2008 do Conselho Federal de Psicologia, a realização das avaliações psicológicas para concessão de registro e(ou) porte de arma de fogo é de competência privativa e de responsabilidade pessoal de psicólogos que atendam às exigências administrativas dos órgãos públicos responsáveis.

Internet: <www.cfp.org.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da avaliação psicológica na concessão de registro e(ou) porte de arma de fogo. Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

- ▶ Defina avaliação psicológica e discorra sobre a relevância desse serviço. [valor: 5,00 pontos]
- ▶ Cite os instrumentos disponíveis para a realização da avaliação psicológica. [valor: 2,50 pontos]
- ▶ Comente a respeito da responsabilidade e dos critérios éticos envolvidos na avaliação psicológica. [valor: 5,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

A redação do art. 12 do Decreto n.º 5.123/ 2004 explicita a obrigatoriedade da avaliação psicológica para o registro e/ou porte de arma de fogo. Em consonância, o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) e a Resolução n.º 018/2008 do Conselho Federal de Psicologia deixam clara a competência privativa do psicólogo para a realização desse serviço.

A avaliação psicológica é entendida como um processo científico de coleta de dados e interpretação de informações a respeito de fenômenos psicológicos, entendidos como efeito da relação do indivíduo com a sociedade. Nesse sentido, o resultado do estudo deve contemplar a análise de aspectos históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo. Sendo assim, a análise não deve ser rígida na interpretação dos dados e, menos ainda, na escolha - fundamentada e embasada técnica e teoricamente - dos instrumentos psicológicos para o alcance dos fins. Devem ser respeitadas a singularidade e as particularidades do indivíduo e contemplados seu meio cultural, social e os fatores situacionais. A avaliação é um processo amplo de compreensão do funcionamento psíquico atrelado a demais fatores que podem influenciar ou mesmo determinar os comportamentos de um sujeito. Nesse caso, análises exclusivamente diagnósticas, de cunho psicopatológico, devem ser evitadas, pois não contemplam os objetivos e propostas determinadas para o estudo psicológico. Além de testes psicológicos, o avaliador poderá utilizar outras técnicas psicológicas, tal como a entrevista. De acordo com o Código de Ética, art. 1.º, alínea c, o profissional deve "prestar serviços psicológicos de qualidade [...] utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional". Dessa forma, o psicólogo assume a responsabilidade de optar por técnicas e procedimentos que estão de acordo com o código vigente, além de atividades reconhecidas, para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente. Entende-se, por fim, a exigência máxima do compromisso ético no desempenho dessa atividade, a fim de garantir uma atuação em que os serviços psicológicos possam colaborar com os instrumentos e técnicas que possui, além de desempenhar um trabalho de relevância social.

Referência Bibliográfica: Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. Internet: <www.cfp.org.br/documentos/confira-o-novo-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo>.